

| 987 | IDENTIDADES E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EM ÁREAS
URBANAS CENTRAIS:
QUESTÕES INTRODUTÓRIAS PARA INTERVENÇÕES EM CIDADES
CONTEMPORÂNEAS.

Patrícia Dalmina de Oliveira, Adriana Fabre Dias

Resumo

O centro é o núcleo de formação da cidade, onde acontecem as trocas econômicas, afetivas e sociais; onde os espaços públicos tomam sua maior forma perante a cidade. O presente artigo pretende analisar as funções contemporâneas dos centros urbanos e dos espaços públicos neles inseridos, além de desvendar a relação entre paisagem urbana, apropriação e a imagem que os habitantes da cidade possuem destes ambientes. Coloca-se esta relação como base para intervenções urbanísticas nos espaços centrais, convertendo-as em reflexo do saber local (no sentido espaço-sócio-temporal), e permitindo, desta forma, maior possibilidade de apropriação do espaço pelos habitantes. A cidade, cujo espaço proporciona permanência e significado, é um importante legado da cultura material. Assim, as intervenções na cidade através dos projetos urbanos devem considerar o espaço público como protagonista, e este deve se inter-relacionar com os espaços coletivos e privados. O centro deve incorporar a diversidade e as imparcialidades que a cidade contemporânea possui.

Palavras-chave: Apropriação do espaço público, identidade da cidade, área central.

Introdução

O presente artigo surgiu através de uma pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), campus de Laguna, no ano de 2012, que tem como intuito um projeto de intervenção no espaço urbano de São Miguel do Oeste/SC. Mediante esse estudo realizado, pode-se perceber a importância da apropriação, identidade, e espaço público na cidade, e conseqüentemente trouxe um novo olhar para o projeto de intervenção.

A cidade é uma construção no espaço, uma obra arquitetônica em grande escala, a qual só será percebida com o passar dos anos. A cidade é lida pelo corpo, porém como indaga Lynch (1997), há sempre mais do que o olho possa ver. A paisagem sempre pode ser mais explorada. "A cidade habitada precisa ser tateada, assim como possui sons, cheiros e gostos próprios, que vão compor, com o olhar, a complexidade da experiência urbana." (Jacques et al, 2006, p.119).

A vivência urbana, revela o que muitas vezes o projeto exclui, pois mostra o cotidiano da cidade, ou seja, as apropriações que ocorrem de diversas formas no espaço urbano.

Através da apropriação busca-se a melhoria de sua identidade visual, suas percepções e imagens urbanas.

O homem, enquanto ser social, relaciona-se com outros indivíduos pertencentes ao seu Habitat Natural - a sociedade. Essas interações sociais constituem elementos estruturantes e organizadores da forma urbana, consolidam laços sociais, os quais contribuem para a qualidade de vida.

Os ambientes onde os seres humanos vivem devem saciar suas necessidades, sonhos e projetos de vida, logo, a cidade tem como função além do seu espaço físico ser também ser um espaço social. A área central, logo denominado Centro, é posicionado como símbolo da cidade. Oliveira, et al, (2011, p. 23), declaram " O centro é, pois, o marco zero de uma cidade, o local onde tudo começou, o seu núcleo de origem. Assim sendo, o centro é um espaço privilegiado no tempo". Bem localizado, no centro funcionavam os castelos, catedrais, praças e palácios, caracterizando a monumentabilidade e as funções urbanas, marcadas pelas construções industriais, mercados, hotéis, instituições bancárias, entre outros. (Castilho, 2008)

O centro é associado como lugar comum aos cidadãos, comparado aos bairros, é um local onde há uma menor diferenciação social, já que os espaços públicos que proporcionam a comunicação, informação e vivência comunitária.

A diversidade funcional urbana, é uma característica dominante do centro, qualificando-o como estratégico e vital para usos comerciais, de serviços bancários, pequenas indústrias e profissionais autônomos, além de lazer e cultura, portanto constitui a identidade da cidade (lugar e população). (Castilho, 2008 E Oliveira, et al, 2011).

De acordo com Beaujeu-Garnier e Chabot (apud Tourinho, 2004, p.133), centro da cidade é apresentado como o núcleo ou coração central. O centro possui uma relação com os diversos bairros e seus habitantes, onde se faz pulsar a cidade. Castilho (2008, p. 36), exemplifica: "A visão do centro, baseada no core, expressa o romantismo associado ao símbolo de centro e de centro da vida, isto é, o coração."

Licnerski (apud Oliveira et al, 2011) afirma que a articulação dos fluxos depende da influência do espaço central sobre as demais localidades da urbe. Castilho (2008) complementa afirmando que o centro caracteriza-se como ponto nodal de um sistema de circulação para onde os trajetos se interseccionam, em movimentos contraditórios da integração e da dispersão. Incorporando o fluxo de pedestres que é gerado pela aglomeração das instituições sociais que fundamental a organização da sociedade. Na economia há os mercados, na religião os templos, e na política os espaços públicos e edifícios representativos

do poder. Já os culturais viabilizam a criação da imagem que vende a história e a cultura como produtos urbanos.

Concentualizando a centralidade a partir de Afonso (1964 apud Oliveira et al, 2011) exemplifica que há uma relação entre a concentração de atividades econômicas produtivas, e o preço da terra. Logo, a centralidade está relacionada à articulação dos fluxos entre os espaços urbanos e as trocas econômicas.

Conforme Castilho (2008), na América Latina entre os anos de 1940 e 1980, a expansão urbana alcançou as periferias das cidades, resultando na ampliação das infraestruturas as quais ficaram inconclusivas. Assim, com o esvaziamento do centro, iniciou-se um investimento centralizador, resultando no retorno da atenção para o centro, devido a importância deste como potencial histórico e cultural, e a possibilidade de comercia-lo, o centro tornou-se assim um meio de divulgação da imagem da cidade.

O centro aqui referido, possui uma relação com a história-tempo e com o espaço, constituindo um ambiente importante para a urbe e a sociedade. É nesse ambiente que ocorre uma zona de trocas culturais e a coordenação das atividades ligadas a história, onde são valorizados os lugares geográficos, os elementos arquitetônicos civis e religiosos e o espaço urbano, bem como a interação social.

Ascher (apud Oliveira et al, 2011) declara que as relações de trocas são potencializadas no centro, as trocas econômicas agregam outras relações; trocas afetivas e de significados (pertencimento, coletividade, identidade cultura, aceitação das diferenças) próprias da urbanidade e da socialização.

Os centros, por diversas razões ao longo da história foram abandonados, descaracterizados e subaproveitados, devido as expansões da cidade, o que levaram a novas centralidades. Os centros, são objetos de intervenções constantemente, algumas não condizentes com o lugar, como as que acontecem implantadas por grandes empresas, com o predomínio de grandes edifícios de escala desproporcional as ruas e enfoque econômico, modificando espaços, usos, vias e moradores. E outras, com boas intenções em que se procura manter a população residente, onde a proposta é amplamente analisada em função das estruturas existentes, dos valores históricos e sociais.

Paisagem urbana

A paisagem, conforme declara Hardt (2000), é constituída por elementos naturais e antrópicos, que são interrelacionados e interdependentes, onde em determinado tempo,

espaço e momento social, formam um conjunto único, o qual em equilíbrio ou não, está em constante evolução.

Os elementos naturais são formados pelos fatores biológicos, físico-químicos. Os antrópicos são representados pelo meio construído, ou seja, são aqueles que sofreram a ação direta do homem, o que não se refere unicamente ao meio urbano, mas sim a qualquer alteração sobre o meio natural, como plantações, represas, estradas, entre outros.

Holzer (1997 apud Feiber 2005), afirma que paisagem, região e lugar são termos que tem relação direta entre o usuário e o meio, onde acontecem as relações, as histórias e o mundo real, ou seja, consequência das atividades sensoriais humanas. A paisagem é fomentador das formas de linguagem, onde há a mudanças sociais e culturais, transformando-a na imagem da cultura local.

Pode-se classificar a paisagem em varias tipologias, como: rural, marítima, florestal, desértica, urbana, entre outras.

... a paisagem urbana é reflexo da relação entre o homem e a natureza, podendo ser interpretada como a tentativa de ordenamento do entorno com base em uma paisagem natural, e de uma cultura, a partir do modo como é projetada e construída, como resultado da observação do ambiente e da experiência individual ou coletiva com relação ao meio. (Bonametti, 2000, p.5).

Cullen (2009), afirma que uma edificação é entendida como arquitetura, porém um conjunto de edifícios e/ou elementos urbanos, considera-se como paisagem urbana, pelas relações entre os elementos com o meio.

A paisagem urbana é constituída por um espaço verde reduzido em contraponto da rural, que possui exuberantes espaços naturais. Por esse fato, é de fundamental importância o aproveitamento dos locais permitidos para a dinamização dos elementos verdes, colaborando para a minimização dos efeitos das cidades modernas. A paisagem, dentro de um conceito contemporâneo, é analisada como um intercâmbio de fatores que influenciam diretamente na qualidade de vida do homem. (Paiva, 2002).

Para Paiva (2002) a cidade necessita ser entendida como um aglomerado que participa de um todo maior, assim, deve-se planejar considerando as suas relações entre si e com o meio, criando uma identidade paisagística.

Para a composição das paisagens, deve-se considerar os fatores ambientais, culturais e funcionais, pensando no conforto visual, ou seja, agradar aos seus usuários e possibilitar a apropriação. Feiber (2005) exemplifica, que ao compor uma paisagem, a intenção do projeto deve ser pensada em conjunto com a visão cultural da sociedade que o usufruirá, já que o ambiente possui influência psicológica. Por exemplo, ambientes de baixa

qualidade visual ou degradado propiciará reações negativas, como falta de estímulo e depressão. Em contraponto, um ambiente urbano com uma paisagem agradável promove sensações positivas, encorajando o usuário a se integrar com o local, e criar uma identidade, além de fazê-lo crer em futuro melhor, e o encorajando a ter melhores oportunidades.

Mascaró e Mascaró (2002), classificam o recinto urbano em duas categoriais, as quais devem ser relevantes na gestão da paisagem urbana. Os recintos para circulação, que são destinados para o trânsito de veículos e pedestres, que incluem faixas de rolamento, canteiros centrais e calçadas. Estes se caracterizam pela linearidade e continuidade, facilitando o deslocamento. Os recintos de permanência, possuem configuração descontínua, com preferência para pedestres, e fazem parte dos espaços abertos da cidade, como as praças e parques.

Dentro dos espaços abertos da cidade, é na área central, que é observado a necessidade de elementos naturais, já que estes promovem a amenização dos impactos urbanos, como a retenção de agentes poluentes, absorção de raios solares, diminuição dos ventos e redução de temperatura do ar. Outro fator, é o melhoramento psicológico, pois um ambiente agradável proporciona conforto e estímulo ao usuário, e relembra o homem de suas origens, ou seja, que este faz parte do sistema natural.

Conforme Cullen (2009), paisagem urbana é a maneira de tornar coerente e organizado visualmente o emaranhado de edifícios, ruas e espaços, que constituem o ambiente urbano. Este conceito de paisagem, elaborado nos anos 1960, exerce forte influência em arquitetos e urbanistas, exatamente porque possibilita análises sequenciais e dinâmicas da paisagem a partir de premissas estéticas, ou seja, quando os elementos e jogos urbanos provocam impactos de ordem emocional.

Logo, o espaço público da cidade formado pelas ruas, calçadas, praças, vegetação, equipamentos, rios, entre outros, são considerados elementos da paisagem urbana. Para elaboração dessa paisagem é analisada a demanda do local, considerando fatores ambientais, populacionais, espaço e social.

Espaço público e imagem da cidade

Atualmente os espaços públicos e a imagem da cidade passam por um processo de espetacularização urbana contemporânea, o qual é responsável pela negação dos conflitos urbanos e pelo empobrecimento das experiências na urbe, além da negação e ocultamento dos espaços mais populares da cidade que buscam se tornar midiáticas e espetaculares.

Conforme declara Jacques (2009, p.1),

"O processo de espetacularização urbana está cada vez mais explícito e sua crítica já se tornou recorrente no meio acadêmico, mesmo que muitas vezes com outros nomes: cidade-cenário, cidade-museu, cidade genérica, cidade-parque-temático, cidade-shopping, em resumo: cidade-espetáculo"

Os espaços públicos da cidade acabam por sofrerem uma mercantilização, derivados dos processos urbanos como estetização, culturalização, patrimonialização, museificação, turistificação, gentrificação, entre outros, que são derivados da espetacularização associadas diretamente as estratégias de marketing, que buscam construir uma nova imagem para a urbe contemporânea que garanta a cidade um lugar entre as turísticas ou culturais.

Os atuais projetos urbanos contemporâneos são realizados no mundo inteiro segundo uma mesma estratégia: esses buscam transformar os espaços públicos em cenários, espaços desencarnados, fachadas sem corpo: pura imagem publicitária. As cidades cenográficas contemporâneas estão cada dia mais padronizadas e uniformizadas. O que interessa, antes de qualquer tipo de funcionalidade, forma ou estética do mobiliário urbano contemporâneo é, evidentemente, o tamanho do painel disponível para publicidade no espaço público, ou seja, para venda de espaços públicos para fins privados.

As imagens que marcam as cidades como distintas (seus cartões postais), se parecem cada vez mais entre si. Contraopondo a isso, "atualmente, as cidades necessitam promover a sua identidade e as suas qualidades para se afirmarem e diferenciarem numa rede urbana cada vez mais competitiva." (Águas et al 2002, p.16). Assim, as características que formam a identidade de um local, são decorrentes da forma como a população se relaciona com o meio e como se apropria do espaço, originando padrões específicos que se refletem na configuração da paisagem. O espaço público se configura como símbolo da urbanidade de memórias e identidades, sendo um instrumento territorial para a construção da personalidade, estrutura e organização da forma urbana.

Ao conceder a ligação e continuidade territorial-funcional da cidade, o espaço urbano funde laços sociais, individualizando-se ao criar marcos de identidade, permitindo simbolismo político e cultural, ostentando funções variadas e usos específicos. Conforme Francisco (2004), o espaço público urbano classifica-se como elemento qualificador da coletividade em termos materiais; como urbanísticos e de ocupação física; e também imateriais como históricos, sociais e de identidade, que condicionam a vivência urbana.

Indovina declara: "O espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a

cidade." (2002, p.119 apud Francisco 2004, p. 2). Porém, vive-se numa cidade em que sua formulação foi desenvolvida pelos seus antepassados, onde se cria a necessidade da modificação, transformação dos espaços para readequação das necessidades e vontades atuais.

O conhecimento do espaço público urbano, portanto, sofreu alterações que se materializaram em modos diferentes, formando contrastes entre os espaços tradicionais e os modernos, em vários aspectos como a forma de ocupação, estrutura, composição volumétrica e formal, vegetações, pavimentos, entre outros.

Conforme Francisco (2004) a noção de urbanismo surge no século XX e os diferentes modos de pensar e desenhar a cidade, sendo que nos anos 60 (modernismo clássico) deu-se o abandono do espaço público devido a uma perspectiva de implantação funcional do solo, onde a forma urbana não era mais gerada a partir da produção da estruturação do espaço público. Como resultado os espaços públicos da época eram monofuncionais, de uso fragmentado, e com forma física rígida. Em contraponto, a partir dos anos 80, surge a concorrência urbana, a necessidade de criar espaços de excelência buscando a qualidade de vida urbana e o pensamento sustentável. O espaço público tornou-se um elemento competitivo entre as cidades, devido a elevação do padrão cultural e a comparação entre a qualidade de vida dos lugares.

Atualmente, os espaços públicos são tidos como elementos essenciais dos projetos urbanos, já que também são instrumentos de coesão social e material da cidade. Castro declara: "o esquecimento da sua dimensão pública podia estar na origem da crise do laço social e da crise de cidadania que hoje se conhece." (2002, p. 56 apud Francisco, 2004, p.4).

A criação dos espaços públicos, portanto, objetiva-se na singularidade e no significado, que lhe é competido para ser usufruído pelos habitantes locais, urbanos, bem como, em outras escalas, como na internacional pela projeção tanto estética, como funcional.

Espaços públicos urbanos estão diretamente ligados a elementos de lazer, consumo e descanso. Torna-se necessário adaptar os espaços tradicionais as novas necessidades urbanas, as quais são compostas pela modernização, animação e versatilidade, para que não se tornem vazios completos, porém deve-se exercer ainda as funções típicas, embora haja modificações.

Articulação entre o passado e o presente, a falta de interligação entre os espaços urbanos, a desarticulação com o espaço público, a individualização da sociedade com privilégio aos espaços privados (em função da concentração de serviços num só edifício) ,

induz um planejamento que promova as interações no meio urbano.

Planejamento dos espaços públicos deve prever o diálogo entre os edifícios e o meio urbano, na adequação à sociabilização e a possível adaptação ao imprevisto já que a sociedade vive em constante mudança.

Espaço público, é parte destaque da cidade, sendo constituído pelas formas herdadas do passado e as modificações ao longo do tempo, juntamente como a urbe é algo sempre inacabado e passível de mudança devido aos acontecimentos e necessidades, resultando no poder e dever de ser constantemente ajustado.

Intervenção urbana

A cidade e particularmente o espaço público, possuem como características as relações sociais, as quais dependem da qualidade do lugar. (Castilho, 2008). A habitabilidade urbana se detém em geral em questões funcionais e técnicas como o conforto ambiental, a acessibilidade física e a infraestrutura, porém deve-se levar em consideração a permanência humana no lugar, a sobrevivência e a satisfação do usuário.

Buscando o contentamento do usuário pensa-se nas modificações de espaços e suas readequações. A intervenção do espaço e a apropriação são interdependentes, pois para se escolher uma intervenção deve-se identificar o apropriar. (Castilho,2008).

"O termo apropriação é utilizado, com certa frequência, na relação do espaço com sua história e cultura. Apropriar-se de algo é assumir o poder ou o controle sobre o objeto". (Castilho, 2008, p.47). Já o ato de intervir tem relação com um conjunto de metáforas derivadas das ciências médicas que são relacionadas com o corpo humano. Castilho e Vargas (2009) afirmam que cirurgia e intervenção nas ciências são sinônimas, sendo que está pode ocorrer em três situações: a recuperação da saúde ou manutenção da vida; a reparação da saúde de danos causados por acidentes e para atender os padrões estéticos.

Intervir faz parte da natureza dos arquitetos e urbanistas, e para isso há a necessidade da delimitação do tecido urbano. Logo, justifica-se as modificações pela compensação, ou seja, melhorarias à população do local escolhido, moradora ou frequentadora.

Nas últimas décadas do século XX, analistas urbanos destacam a inclusão dos centros na maioria das propostas urbanas de intervenção como necessidade para conter o crescimento horizontal das cidades. (Castilho, 2008).

A necessidade da intervenção no centro é resposta da fragmentação e da

transitoriedade dos objetos e valores, pois o centro sempre constituiu uma referência simbólica, histórica e cultural. Ao recuperar o centro há a contribuição para a melhoria da cidade, voltando a ser ponto de encontro e interação social da população.

O ato de intervir, se deriva de vários interesses muitas vezes não associados a apropriação. Como declara Castilho (2008) os líderes das cidades observam vantagens em intervir nos centros, direcionando seus interesses para um possível investimento na área, o qual geraria uma capitalização, autopromoção e divulgação da cidade, e assim atrairia investidores financeiros. Sob o ponto de vista urbanístico, o projeto de intervenção contemporâneo é um dispositivo à construção de um símbolo que colabora com a sobrevivência, a transformação ou a ascendência de uma cidade com relação a outra. (Pagano e Bowman 1997 apud Castilho 2008).

Outra tipo de intervenção surge com a demanda oferecida pelas associações governamentais, que passam a ver o centro das cidades como alternativa para concentrar os recursos e promover suas gestões. Como característica dessas intervenções, os projetos arquitetônicos e urbanísticos são impactantes e marcados por equipamentos culturais e sedes empresariais de grande porte. Jacques e Jeudy (2006, p. 26) declaram: "O papel do político é, com frequência, o de colocar sua marca sobre o território, e isto supõe que ele realize materialmente sua marcação."

Os autores ainda discorrem, afirmando que o político quer intervir na cidade, com o objetivo de cura-la e preveni-la das doenças, assim como faz um médico. Castilho (2008) complementa, para o político a imagem do centro da cidade possui relação direta com os padrões de consumo, sendo que a imagem é um diferencial na competição por investimentos em setores de produção e serviços. Os investidores, por sua vez, buscam intervenções no centro com a idealização de um retorno econômico, sendo difundida a atratividade turística e a concentração do setor terciário, resultando em uma revitalização econômica da área.

As intervenções procuram gerar uma ruptura e transformação do espaço, seja pontual ou regional, Lerner (2005) afirma que as intervenções são necessárias para o funcionamento da cidade, onde uma pequena ação desencadeia diversas reações. Para Castilho (2008) modificações pontuais são consideradas excludentes, pois geram uma valorização econômica apenas no local, sendo marcadas pela aliança de interesses do capital e do poder público. Já Lerner (2005) declara, que as ações pontuais são uma parte de um projeto mais amplo, porém, deve-se salientar que atualmente devido a carência de recursos financeiros é definido no serviço público a necessidade de intervenções pontuais para a real

execução dos serviços.

Ao se pensar em intervenções pontuais continuamente o local escolhido é a área central, visto que "... a partir do centro (e portanto do centro da cidade) que o vínculo social, que a unidade cidadã, que a estética de estar junto, deveriam ser reparadas, reafirmadas, revitalizadas." (Jacques et al , 2006, p.31).

A relação entre as intervenções e a economia local como conclui Castilho (2008), é um fator determinante para a busca de intervenções inovadoras, socialmente inclusivas, que contemplem as necessidades governamentais e a expectativa dos grupos sociais, bem como dos usuários.

Considerações finais

A cidade possui uma relação com o espaço, o tempo e a sociedade; é através da urbe que surge o conceito da *Ruse Urbana*, conforme Jacques et al (2006), é expressa por uma forma peculiar de se apropriar, conhecer e circular nos espaços urbanos, uma mistura de astúcia e experiência.

Os diferentes modos da sociedade se apropriar do espaço são de fundamental importância para guiar uma intervenção. A intervenção, é um reflexo portanto de um profundo saber local (no sentido espaço-sócio-temporal), que permite ao habitante inventar, criar e reinventar seus espaços.

O ser humano percorre a cidade, tomando posse desta diariamente, utiliza a rua e os espaços urbanos como local de relacionamento. A rua é mais do que um ambiente de deslocamento, é o espaço onde se pode parar, olhar, ficar, sentir, ou seja, se apropriar.

A diferenciação de mobiliários urbanos, falta de padronização de elementos, carência de tratamentos da pavimentação e paisagístico, a ausência de percursos com fácil leitura visual, bem como a dificuldade de locomoção de pedestres são pontos a serem repensados no planejamento urbano, para garantir a identidade da cidade e a apropriação do usuário.

A *Ruse Urbana* trata-se de propor ao homem ser habitante do espaço e não somente utilizador. Deixando o ser humano livre, passível de inventar o seu espaço urbano, apropriando-se do espaço público.

Conforme declara Oliveira et al, (2011) a cidade cujo espaço de permanência e significado, torna-a como um dos mais importantes legados da nossa cultura material. Logo, a perspectiva de intervenções na cidade através dos projetos urbanos, deve requerer a consideração do desenvolvimento da centralidade que alie o espaço público como

protagonista, e que seja inter-relacionado com os espaços coletivos e privados. "Centralidade urbana como arquitetura urbana pública que incorpore a riqueza e a vitalidade do jogo de escalas que a cidade contemporânea nos impõe e desafia." (Oliveira et al, p. 41).

Bibliografía

Águas, S.; Brandão, P.; Carrelo, M. 2002 **O chão da cidade - Guia de Avaliação do Design de Espaço Público**. Lisboa: CPD.

Bonametti, J. H. 2000. **O impacto da ação do IPPUC na transformação da paisagem urbana de Curitiba a partir da área central**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Carlos.

Castilho, A. L. H. 2008. **Consensos e dissensos no Centro de São Paulo: significado, delimitação, apropriação e intervenção**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional - FAUUSP) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

Castilho, A. L. H.; Vargas, H. C. 2009. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2ª. ed. Barueri, SP: Manole.

Cullen, Gordon. 2009. **Paisagem Urbana**. Tradução Isabel Correia; Carlos de Macedo. Lisboa: Edições 70.

Feiber, F. N. 2005. **Áreas Verdes: Identidade e Gestão Urbana**. 2005. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

Francisco, M. D. 2005. **Espaço público urbano: Oportunidade de identidade Urbana Participada**. X Colóquio Ibérico de Geografia, Évora, Portugal, n.53.

Gehl, Jan; Gemzoe, Lars. 2002. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Gustavo Gili, SA.

HardT, L. P. A. 2000. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Jacques, P. B. 2009. **Notas sobre espaço público e imagens da cidade**. Vitruvius. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41> Acesso em 12 ago 2012.

Jacques, P. B.; Jeudy, H. P. 2006. **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticos culturais**. 1. ed. Salvador : EDUFBA.

Januzzi, D. de C. R. 2006. **Calçadas: a revitalização urbana e a valorização das estruturas**

comerciais em áreas centrais. Tese (Doutorado na Área de Concentração: Estruturas Ambientais Urbanas- FAUUSP) Universidade de São Paulo, São Paulo.

Lerner, J. 2005. **Acupuntura Urbana** . 2. ed. Rio de Janeiro: Record.

Lynch, K. 1997. **A imagem da cidade**. 1^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, .

Mascaró, L. E. A. R. De; Mascaró, J. L. 2002. **Vegetação urbana**. Porto Alegre: Edelfra.

Oliveira, L. A.; Rosseto, A. M.; Silva, G. P. A. E. 2011. **Arquitetura da cidade contemporânea: centralidade, estrutura e políticas**. 1^a Edição. ed. Itajaí: UNIVALI.

Paiva, H. N. 2002. **Florestas urbanas: planejamento para melhoria da qualidade de vida**. Viçosa: Aprenda Fácil.

Tourinho, A. O. 2004. **Do centro aos centros: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo**. Tese (Doutorado em Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo.